

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 46

Maio - 2013

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	2
Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
Leandro Zanini

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Ederson Pires

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 594, de 9 de abril de 2013

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 197, de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

LEI COMPLEMENTAR Nº 595, de 9 de abril de 2013

Reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 596, de 24 de abril de 2013

Transforma os cargos remanescentes de Juiz Especial, criados no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau pelo art. 2º da Lei Complementar nº 398, de 2007, em cargos de Juiz de Direito de entrância final e especial.

LEI COMPLEMENTAR Nº 597, de 24 de abril de 2013

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.982, de 9 de abril de 2013

Dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som no modo alto-falante dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, e adota outras providências.

LEI Nº 15.983, de 9 de abril de 2013

Cria a Semana Estadual da Consciência Negra no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.984, de 9 de abril de 2013

Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.988, de 24 de abril de 2013

Estabelece nova designação a ser adotada para a droga popularmente conhecida como crack.

LEI Nº 16.003, de 25 de abril de 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema de saúde e segurança do trabalho.

Decretos

DECRETO Nº 1.476, de 9 de abril de 2013

Altera, acrescenta e renumera dispositivos do Decreto nº 127, de 2011, que estabelece normas relativas à transferência de recursos financeiros do Estado mediante convênio ou instrumento congêneres e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.477, de 9 de abril de 2013

Altera, acrescenta e remunera dispositivos do Decreto nº 1.309, de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao

Turismo e ao Esporte (SEITEC), e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.479, de 9 de abril de 2013

Regulamenta a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.480, de 9 de abril de 2013

Dispõe sobre a concessão e o pagamento de indenização por convocação de Agente Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo por necessidade de serviço em apoio a unidades prisionais do Estado.

DECRETO Nº 1.482, de 9 de abril de 2013

Aprova o Plano de Gestão Estratégica no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

DECRETO Nº 1.484, de 15 de abril de 2013

Declara de natureza e interesse policial-militar os cargos e as funções exercidas por policiais militares na Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.486, de 17 de abril de 2013

Acresce dispositivos ao Decreto nº 1.309, de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).

DECRETO Nº 1.487, de 17 de abril de 2013

Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 1.310, de 2012, que regulamenta a transferência de recursos financeiros a título de subvenção social para entidades privadas sem fins lucrativos e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.489, de 17 de abril de 2013

Acresce dispositivos ao Decreto nº 105, de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego.

DECRETO Nº 1.492, de 18 de abril de 2013

Altera o Decreto nº 1.309, de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC).

DECRETO Nº 1.521, de 24 de abril de 2013

Aprova o Manual de Identidade Visual da administração pública estadual e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.523, de 24 de abril de 2013

Institui a Comissão Intersetorial para elaboração do Plano Catarinense de Políticas sobre Drogas.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **RE 701919 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

Origem: Santa Catarina

Relator: Ministro Ricardo Lewandowski

Recorrente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Recorrido: Estado de Santa Catarina

Procurador: Procurador-geral do Estado de Santa Catarina

Publicação: 18 de abril de 2013

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra acórdão do Tribunal de Justiça do mesmo Estado, que, em recurso de apelação, manteve a sentença que reconheceu a prescrição do direito à propositura de ação civil pública. O objeto da referida ação era, em suma, a declaração de nulidade de contrato de promessa de compra e venda e de escritura pública referente à alienação de imóvel da administração estadual, ao argumento de que o negócio não foi precedido de licitação.

Ementa: Ação civil pública. Alienação de imóvel. Alegada inexistência de processo licitatório. Pretendida nulidade. Ausência de prejuízo ao erário. Incidência da norma engastada no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, tida, por segmento doutrinário e jurisprudencial, como estabelecadora da imprescritibilidade das ações visantes ao ressarcimento de danos causados ao patrimônio público. Prescrição pela fluência de um quinquênio. Aplicação analógica da lei n. 4.717/65. Precedentes da Corte. Sentença mantida. Recurso desprovido.

ATOS INTERNOS

PORTARIA PGE/GAB Nº 11, de 26 de março de 2013

No caso de crédito constituído por sentença transitada em julgado em data anterior à edição da Lei nº 15.945, de 07 de janeiro de 2013, fica dispensada a interposição de recursos das decisões judiciais que, para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor, adotarem o patamar de 40 salários mínimos.

PARECER Nº 081/2013

Origem: Secretaria de Estado da Educação.

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Administrativo. Servidor público ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico que se encontra em atribuição de exercício em decorrência de remoção. Pretensão à manutenção do recebimento da Gratificação de Função Especializada do Magistério, que encontra óbice nas disposições do art. 13, da Lei nº 1.139/92 e 5º, da Lei Complementar nº 455/2009. Precedentes jurisprudenciais.

PARECER Nº 082/2013

Origem: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

Autor: Felipe Wildi Varela

Ementa: Gratificação de Atividade Jurídica e Representação Judicial. Aposentadoria em cargo comissionado - Impossibilidade.

NOTÍCIAS

Leandro Zanini assume como novo procurador-geral do Estado

O procurador do Estado Leandro Zanini assumiu em 24 de abril o cargo de procurador-geral do Estado de Santa Catarina no lugar do procurador João dos Passos Martins Neto, que ocupava a função desde 2011.

Especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal de Santa Catarina, Zanini ingressou na PGE em 1994 e foi responsável pela instalação, naquele ano, da Procuradoria Regional de Lages. Ele ocupou diversos cargos dentro da Procuradoria, entre os que se destaca a chefia da Consultoria Jurídica, entre 2006 e 2009. Desde então era diretor de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 3 de maio, três procuradores de Estado assumiram novas funções: o procurador Ederson Pires é o novo Subprocurador-geral do Contencioso, cargo que era ocupado pelo procurador Antonio Fernando Athayde Jr. O procurador Juliano Dossena é o chefe da Procuradoria Fiscal, no lugar do procurador Osni Alves, e o procurador Marcelo Mendes assumiu como chefe da Procuradoria do Contencioso, substituindo Ederson Pires.